

Do ter missões ao ser missionário

Contexto e texto do Decreto *Ad Gentes*
revisitado 40 anos depois do Vaticano II

Paulo Suess

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor

Aloysio Bohnen, SJ

Vice-reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Diretora adjunta

Hiliana Reis

Gerente administrativo

Jacinto Schneider

Cadernos Teologia Pública

Ano 2 – Nº 18 – 2005

ISSN 1807-0590

Responsável técnica

Cleusa Maria Andreatta

Revisão

Mardilê Friedrich Fabre

Secretaria

Caren Joana Sbabo

Editoração eletrônica

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Esp. Âgueda Bichels – Unisinos

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Dármis Corbellini – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Prof. MS Laurício Neumann – Unisinos

MS Rosa Maria Serra Bavaresco – Unisinos

Esp. Susana Rocca – Unisinos

Profa. MS Vera Regina Schmitz – Unisinos

Conselho técnico-científico

Profa. Dra. Edla Eggert – Unisinos – Doutora em Teologia

Prof. Dr. Faustino Teixeira – UFJF-MG – Doutor em Teologia

Prof. Dr. José Roque Junges, SJ – Unisinos – Doutor em Teologia

Prof. Dr. Luiz Carlos Susin – PUCRS – Doutor em Teologia

Profa. Dra. Maria Clara Bingemer – PUC-Rio – Doutora em Teologia

Profa. MS Maria Helena Morra – PUC Minas – Mestre em Teologia

Profa. Dra. Maria Inês de Castro Millen – CES/ITASA-MG – Doutora em Teologia

Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner – EST-RS – Doutor em Teologia

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

www.unisinos.br/ihu

Cadernos Teologia Pública

A publicação dos Cadernos Teologia Pública, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A teologia pública pretende articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, culturas e religiões de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Busca-se, assim, a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da

sociedade. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade, hoje, especialmente, a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, no diálogo com as diferentes concepções de mundo e as religiões, constituem o horizonte da teologia pública. Os Cadernos de Teologia Pública se inscrevem nesta perspectiva.

Do ter missões ao ser missionário

Contexto e texto do Decreto *Ad Gentes* revisitado 40 anos depois do Vaticano II

Paulo Suess

Introdução

Na origem do Concílio Vaticano II, existem perguntas sobre a possibilidade de comunicar a mensagem cristã ao mundo de hoje e de vivê-la com relevância para a humanidade. Como traduzir os artigos de fé, os sinais de esperança e as práticas de solidariedade para os interlocutores “mundo” e “humanidade” que os consideram, em seu significado simbólico, incompreensíveis, em seu conteúdo, ultrapassados e, em sua aparência, folclóricos? As respostas do Vaticano II foram além das perguntas da época. Hoje, depois de 40 anos de caminhada pós-conciliar, a releitura dos documentos do Vaticano II, que colo-

cou a missão no coração da Igreja, pode iluminar a reflexão teológica e reanimar a prática pastoral.

1. Antecedentes históricos

Os tratados de teologia do século XIX e da primeira metade do século XX mostram pouca preocupação com a missão como tema eclesiológico ou pastoral. “A afirmação pura e simples da competência da Igreja em todos os domínios tinha reduzido a idéia de missão à reivindicação, por parte da sociedade eclesiástica, dos seus direitos e dos seus poderes” (LE GUILLOU, 1965, p. 68). “Missão” não

designava uma visão de Igreja local ou universal, mas uma atividade de resgate salvífico, por direito e dever, em terras longínquas, dirigida por centros europeus.

Os documentos oficiais da Igreja Católica latino-americana do fim do século XIX e da primeira metade do século XX apontam para uma Igreja defensiva, predominantemente jurídica e voltada para si mesma. As atas e decretos do Concílio Plenário da América Latina, celebrado em Roma, entre 28 de maio e 9 de julho de 1899, definem a “civilização” das “tribos que ainda permanecem na infidelidade” [n. 770] como meta, para a qual servem a “pregação evangélica” e o “estudo das línguas” como meio de administração dos sacramentos (cf. CONCÍLIO PLENÁRIO, *Actas*, 1906, itens 547 et seq., 619, 627, 770-4). Muitas das deliberações pastorais daquele Concílio repetem os tópicos elencados 300 anos antes, na primeira fase de colonização, nos concílios do México e de Lima.

A *Pastoral Colectiva e as Resoluções e Estatutos da Província Eclesiástica Meridional do Brasil*, de 1901, assinadas pelos bispos do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, de Mariana, de Petrópolis, de Curitiba e de Pouso Alegre, mostram uma Igreja que se romaniza a si mesma, sem nenhuma preocupação com os povos indígenas (cf. *Pastoral Colectiva*, 1902). A mesma despreocupação refletem as Cartas Pastorais, como aquela que o

episcopado brasileiro escreveu por ocasião do Centenário da Independência (cf. Carta Pastoral, 1922); a mesma lacuna encontra-se nos 489 cânones do Primeiro Concílio Plenário Brasileiro, celebrado em 1939, no Rio de Janeiro (cf. CONCILIIUM PLENARIUM BRASILIENSE, 1939). Mas, em cada ano dessa época, um povo indígena foi definitivamente exterminado.

Com o fim das duas Guerras Mundiais, a ideologia colonial foi derrotada e a civilização ocidental começou a perder seu prestígio. O mundo pós-colonial passou a forjar também a descolonização da Igreja. Bento XV aponta na encíclica *Maximum illud* (1919) para aquilo que deveria ser “uma das preocupações principais” do trabalho missionário, “a formação e a organização de um clero indígena” [n. 14]. Pio XI ordena, em 1925, os primeiros seis bispos chineses. Um dos precursores da descolonização é Charles de Foucauld (1858-1916) que, com seus seguidores nos mais diversos movimentos espirituais e fundações religiosas, antecipava questões posteriormente articuladas em torno do paradigma da inculturação. Neste contexto pós-colonial da opção pelos outros, emerge a opção pelos operários de um Joseph Cardijn, que, em 1924, fundou, na Bélgica, a Juventude Operária Cristã (JOC), inspirando a Ação Católica com seu método da “revisão de vida” (*ver, julgar, agir*). Ele influenciou pro-

fundamente o Concílio, que conseguiu fazer uma “revisão da vida eclesial” e inspirou, posteriormente, a prática e a reflexão da pastoral latino-americana.

A beatificação do padre Antoine Chevrier – 7 de outubro 1986, em Lyon -, fundador dos “Padres do Prado”, chamou a atenção para seu carisma, que apontou muito tempo antes do Concílio para um novo estilo de ser sacerdote, vivendo em comunidade, caminhando despojado no meio dos operários, dos imigrantes, dos favelados e dos camponeses do Terceiro Mundo, segundo o Espírito de Deus, contemplando Jesus nos lugares pobres do presépio, da cruz e da Eucaristia, evangelizando os pobres, e se integrando plenamente no presbitério da igreja local. O sucessor do padre Chevrier, Alfred Ancel, teve presença discretamente marcante durante o Concílio em favor de uma Igreja pobre e dos pobres.

A criatividade e tenacidade dos movimentos litúrgico, bíblico e ecumênico abriram, muito antes do Vaticano II e, por vezes, na clandestinidade eclesial, perspectivas para a celebração da vida e para a leitura da palavra de Deus historicamente situada num horizonte escatológico de unidade eclesial.

Por fim, não se deve esquecer a sobriedade missionária do movimento dos padres operários e da *Mission de France*, o despojamento de um Abbé Pierre, fundador

do movimento dos maltrapilhos-construtores de Emaús, que já apontaram para a opção pelos pobres e pelos que mais sofrem. João XXIII, na encíclica *Pacem in terris* (1963), invoca a descolonização como um sinal de Deus no tempo [n. 42]. Nem sempre nas práticas pastorais eclesialmente reconhecidas, mas nos documentos, o século XX é um século de transição lenta e, às vezes, contraditória de uma Igreja colonial e colonizadora para a subjetividade de igrejas locais numa era pós-colonial.

Nesse contexto de indecisão e transição, deve-se situar a declaração dos antropólogos que participaram, de 25 a 30 de janeiro de 1971, em Barbados, de um *Simpósio sobre a Fricção Interétnica na América do Sul*. Segundo eles, “o conteúdo etnocêntrico da atividade evangelizadora” das missões religiosas está baseado no “seu caráter essencialmente discriminatório” e na sua potência econômica, que fez as missões se converterem “em uma grande empresa de recolonização” (DECLARAÇÃO, p. 22 et seq.). Em virtude dessa análise, os antropólogos propõem “acabar com toda atividade missionária”. Como se percebe, o Vaticano II, que terminou em 1965, e o clamor pela descolonização da prática missionária não repercutiram imediatamente sobre as microestruturas das chamadas Missões, ainda presas ao seu passado colonial (cf. SUESS, 1989).

2. *Aggiornamento*

O anúncio do Vaticano II, na festa da conversão do apóstolo Paulo, dia 25 de janeiro de 1959, na Basílica de São Paulo Fora dos Muros, tem um profundo significado simbólico. Data, lugar e pessoa escolhidos pelo Papa João XXIII apontam para o propósito de reconstruir uma Igreja com *atitude* de conversão; indicam uma Igreja apostólica, cuja *atividade* missionária se torna responsabilidade redentora para com toda a humanidade e para uma Igreja cuja identidade não é assegurada por muros, mas que se encontra a si mesma exatamente “fora dos muros”. Como colocar a Igreja em dia com o mundo e com uma nova consciência histórica, e inseri-la na realidade de hoje? Inserção na realidade, consciência histórica, contemporaneidade, sem concessões aos modismos, e visão utópica delineiam o campo semântico do *aggiornamento*.

Com a eleição de João XXIII, em 1958, veio um papa que disse não precisar a Igreja de uma operação dogmática ou de mais severidade para o mundo, mas de uma oxigenização pela vida cotidiana, pela realidade histórica e pelos sinais de Deus no mundo. A “substância da antiga doutrina do *depositum fidei*” está revestida de formulações sem chance de mediação pastoral para o mundo de hoje, dizia o Papa em seu discurso de aber-

tura do Concílio, no dia 11 de outubro de 1962 (KLOPPENBURG, 1963, p. 310). Prefiro, dizia o Papa, o “remédio da misericórdia” ao da “severidade”. A Igreja precisa estar pronta para dar a razão de sua esperança, mas sempre com “mansidão e respeito” (1Pd 3,14). O melhor convite da Igreja à conversão do mundo é o amor aos pobres nos quais encontra a presença de Cristo (cf. GS 88a; LG 8c). O Papa João XXIII não é o criador solitário do *aggiornamento*, mas a sua expressão corajosa. Muitas experiências proféticas de *aggiornamento* passaram, antes de João XXIII, por momentos de suspeita, de proibições e desqualificações eclesiais. Ele tem o mérito de ter esperado na porta aberta da Igreja o retorno de muitos profetas silenciados. A coragem profética, que não é própria das instituições, fez João XXIII convocar um concílio com seu olhar voltado para “fora dos muros”.

O *aggiornamento* exige, como todo o seguimento de Jesus, um discernimento. O autor da Carta a Diogneto, na segunda metade do século II, com uma alusão a textos no Evangelho de São João, formulou esse discernimento assim: “Os cristãos residem no mundo, mas não são do mundo” (A Carta a Diogneto, VI.3, cf. Jo 15,19; 17,11-16.). Como as pessoas podem estar no mundo, sem ser do mundo? Trata-se de uma presença significa-

tiva sem identificação ou acomodação. Abertura ao mundo e inculturação no mundo, como se diria mais tarde, não solucionam todas as tensões entre Igreja e mundo. Assumem os limites da presença dos cristãos no mundo, limites esses marcados, ao mesmo tempo, pela inserção e a não-identificação com o mundo. Como viver a contemporaneidade secular sem ceder à secularização?

Poucos dias depois da abertura do Vaticano II, o debate sobre o *aggiornamento* se tornou bastante prático na adaptação da liturgia e na controvérsia sobre o latim como língua litúrgica e como língua franca no Concílio (cf. KLOPPENBURG, 1963, p. 94 et seq., 107 et seq.). Helder Câmara já advertiu no segundo dia do Concílio que “provavelmente o latim será derrubado como língua oficial: grande número de bispos não consegue entender, sobretudo o latim falado por franceses e alemães... Virão depois as batalhas essenciais pela alteração dos esquemas” (CÂMARA, p. 4).

3. Gênese do Decreto *Ad Gentes*

Ao texto definitivo do Decreto *Ad Gentes sobre a Atividade Missionária da Igreja*, de 7 de dezembro de 1965, pre-

cederam sete documentos, que permitem acompanhar as lutas pelo significado do paradigma “missão” e o processo lento da construção de um consenso sobre uma Igreja que não põe mais no centro o *ter* missões, mas o *ser missionário*.

3.1 *Vinte e três propostas*

Quatro meses depois do anúncio do Concílio, o Papa João XXIII instituiu, na festa de Pentecostes, no dia 17 de maio de 1959, a Comissão Antepreparatória, presidida pelo cardeal Domenico Tardini, secretário de Estado, para “conhecer opiniões”, pedir sugestões e “recolher conselhos” do episcopado, das universidades católicas, das faculdades pontifícias, das congregações religiosas e das congregações romanas, que depois deveriam ser sistematizados e encaminhados ao Concílio (cf. FOUILLOUX, 1996, p. 103 et seq.). Entre a carta oficial de Tardini, de 19 de junho, e o fim da consulta, dia 30 de outubro de 1959, decorreu pouco tempo (cf. PAVENTI, p. 48ss).

Antes e durante essa consulta da Comissão Antepreparatória “às bases” da Igreja, as congregações romanas já formaram comissões internas de estudo, com seus consultores e colaboradores próprios. Também a *Propaganda Fide*, *ex-officio* responsável pelo debate missionário, constituiu, em 10 de novembro de 1959, uma comi-

são desse tipo.¹ Em 16 de fevereiro de 1960, Tardini pediu aos secretários das congregações romanas que preparassem até meados de março, na base do retorno da consulta e do próprio trabalho, propostas que a Comissão Antepreparatória deveria avaliar, a partir do dia 8 de abril. A comissão da *Propaganda Fide* elaborou 23 propostas, que entregou, em 28 de março de 1960, ao cardeal Tardini. A Comissão Antepreparatória terminou seu trabalho, em 1º de maio de 1960, com mais de cinco mil páginas.

3.2 Prefácio e sete esquemas em forma de decretos

A 5 de junho de 1960, iniciou-se a fase propriamente preparatória do Concílio. João XXIII instituiu, nesse dia, a Comissão Central com dez comissões preparatórias e três secretariados que deveriam trabalhar sobre as propostas até então colecionadas. Os presidentes das dez co-

missões preparatórias eram sempre os prefeitos das respectivas congregações romanas (cf. KLOPPENBURG, v. 1, 1962, p. 56 et seq.). Essas presidências asseguravam o papel preponderante da Cúria Romana sobre o processo preparatório do Concílio. O prefeito da Congregação pela Propagação da Fé (*Propaganda Fide*), cardeal Agagianian, patriarca armênio da Cilícia, foi nomeado presidente da Comissão Preparatória das Missões.

A Comissão *De Missionibus* era integrada por 22 membros e 32 consultores. Na representação por nacionalidades, sobressaem a Europa e o Norte (cf. BRECHTER, p. 10). Secretários adjuntos da comissão foram S. Paventi² e N. Kowalsky, ambos funcionários da *Propaganda Fide*. A sessão inaugural da Comissão Preparatória das Missões aconteceu no dia 24 de outubro de 1960, na Igreja da *Propaganda Fide*. Foram instaladas cinco sub-comissões sobre os seguintes assuntos: sacramentos e liturgia, governo nas missões e direito canônico, vida do

¹ Os membros dessa comissão de trabalho no interior da *Propaganda Fide* eram: S. Paventi e E. Pecoraio, secretário e vice-secretário, respectivamente, e os consultores da *Propaganda Fide*: L. Buijs (no diário de Congar erroneamente chamado Buijk) SJ, A. Reuter, OMI, P. Rutten, OSC, I. Lee-Ting-Pong, CMF, J. Visser, CSsR e A. Abate, OP.

² Saverio Paventi, posterior secretário da Comissão das Missões, era professor de Direito Canônico Missionário na Pontifícia Academia Eclesiástica. Congar o descreve como homem inflexível, autoritário e sem cultura teológico-pastoral. No próprio dizer de Paventi, a realidade começa com determinações jurídicas. O resto pertence à espiritualidade ou à poesia. (cf. CONGAR, *Mon journal II*, p. 354).

clero e do povo, reforma na formação do clero e dos religiosos, ajuda dos fiéis às missões. Os resultados das subcomissões foram discutidos em duas sessões plenárias da Comissão Preparatória das Missões, a primeira, de 17 a 26 de abril de 1961, e a segunda, de 20 a 30 de novembro de 1961. Para a segunda sessão plenária, uma nova subcomissão tinha dado a forma redacional aos trabalhos das diferentes subcomissões. Segundo as exigências dos representantes da *Propaganda Fide*, os textos tiveram de ser redigidos na forma canônica de “decretos”, com uma *demonstratio* e uma *dispositio*, respectivamente, e, obviamente, em latim.

Numa última sessão dos secretários das subcomissões com os secretários adjuntos, Paventi e Kowalsky, no dia 2 de fevereiro de 1962, se conseguiu uma redação final do prefácio. As divergências sobre o conceito “missão” eram grandes. Finalmente, no dia 6 de fevereiro de 1962, o *Prefácio* e os sete esquemas de *Decretos* estavam na mesa da Comissão Preparatória Central que, em fins de março, os discutiu em várias sessões.³

3.3 *Prefácio e dois esquemas de decretos sobre as missões*

Depois das discussões da Comissão Preparatória Central, seu novo presidente, cardeal Confalonieri, alegou que a maior parte dos *Decretos* do esquema *De Missionibus* coincide com documentos de outras comissões e impôs cortes drásticos. Dos textos apresentados pela Comissão Preparatória das Missões, sobraram, com algumas modificações, apenas o *Prefácio* e o primeiro e o último dos sete esquemas (*De Regimine Missionum* e *De Cooperatione Missionali*). A esses dois capítulos foi integrado um texto sobre o apostolado dos leigos nas missões, vindo da Comissão Preparatória *De Apostolatu Laicorum* (cf. PAVENTI, p. 55 et seq.). Esse novo minidocumento formou o *Schema decreti de missionibus* (prefácio e dois esquemas de decretos sobre as Missões), no início de junho 1962, e deveria ser enviado à apreciação dos padres conciliares.

Em fins de julho de 1962, o secretário-geral do trabalho preparatório, Pericles Felici, enviou um volume com sete esquemas de *Primeira Série de Esquemas de*

³ Os sete esquemas foram os seguintes: I. *De Regimine Missionum*; II. *De Disciplina Cleri*; III. *De Religiosis*; IV. *De Sacramentis et de S. Liturgia*; V. *De Disciplina Populi Christiani*; VI. *De Studiis Clericorum*; VII. *De Cooperatione Missionali*.

Constituições e Decretos à apreciação dos futuros padres conciliares. O documento da Comissão Preparatória para as Missões não fazia parte desse envio de documentos. A missão não era prioritária nem urgente para a Comissão Preparatória Central. A *Propaganda Fide* lutava por sua própria sobrevivência e hegemonia, que estavam ligadas à sobrevivência da abordagem territorial das missões (“ter missões”), centralizadas e dependentes diretamente de Roma.

3.4 Prefácio e dois esquemas sobre missão e cooperação

Com a abertura do Concílio, no dia 11 outubro de 1962, terminou o mandato das comissões preparatórias. Além de alguns secretariados, o Regulamento do Concílio previu 10 comissões conciliares, cada uma com 16 membros eleitos pelos padres conciliares e 9 membros (incluindo o respectivo presidente) nomeados pelo Papa. Nessa primeira etapa do Concílio, entre 11 de outubro e 8 de dezembro de 1962, os padres conciliares rejeitaram todos os esquemas apresentados, menos o documento sobre a liturgia.

Ao iniciar o Concílio, o cardeal Agagianian, da *Propaganda Fide*, foi nomeado presidente da Comissão das Missões. Ele elegeu Vítor Sartre e José Lecuona Labandibar como vice-presidentes e Saverio Paventi

como secretário. Durante a primeira sessão do Concílio, Agagianian e os estrategistas da *Propaganda Fide* não convocaram a Comissão das Missões para nenhuma sessão de trabalho. Na aula conciliar e nos corredores, a *Propaganda Fide* recebeu críticas, sobretudo de bispos da África e da Ásia, que propuseram a transformação estrutural da *Propaganda Fide* num organismo de apoio econômico, sem poder jurídico.

Depois do primeiro período do Concílio e do retorno dos padres conciliares às suas dioceses, o vice-presidente da Comissão das Missões, Sartre, e o secretário, Paventi, com alguns peritos que moravam em Roma, se reuniram no dia 18 de dezembro de 1962, para dar início a uma série de sessões de trabalho e discussões sobre um quarto documento. Para as reuniões plenárias da Comissão das Missões, entre os dias 20 e 29 de março de 1963, membros e peritos receberam o *Schema decreti de missionibus (De Regimine Missionum e De Cooperatione Missional: prefácio e dois esquemas de decretos, com algumas modificações)* como base para seu trabalho. Nas reuniões plenárias da Comissão das Missões, houve pouco consenso. Pressionada pelo tempo, a Comissão aprovou uma estrutura semelhante à do terceiro documento. No dia 3 de julho 1963, esse quarto documento foi apreciado pela Comissão de Coordenação, que o devolveu

com muitas críticas. Em seguida, com poucas modificações, esse quarto documento foi enviado aos padres conciliares para ser discutido na segunda etapa conciliar (cf. BRECHTER, p. 12 et seq.).

3.5 Das missões

Durante o segundo período do Concílio (29.9.-4.12.1963), novamente surgiram na *Comissão das Missões*, agora já de posse das críticas de alguns pareceres dos bispos, divergências insuperáveis. Nessa segunda etapa do Concílio, a Comissão Teológica decidiu integrar à Constituição sobre a Igreja um capítulo sobre a natureza e índole missionária da Igreja (cf. *Lumen gentium*, 17). Em 10 sessões plenárias, a Comissão das Missões produziu um quinto documento (*De Missionibus*), aprovado em 3 de dezembro, com ampla maioria da Comissão⁴. Em janeiro de 1964, foi aprovado pela Comissão de Coordenação e em seguida enviado aos padres conciliares, que deveriam dar um retorno até 31 de março de 1964. Apesar do tempo reduzido para a apreciação do documento nas bases diocesanas do mundo inteiro, chegaram 67 propostas

para emendas, configurando um volume de 283 páginas. Cinco apreciações falaram em nome de suas respectivas conferências episcopais. Para o dia 4 de maio de 1964, estava marcada a próxima sessão plenária da Comissão das Missões. Até o início do terceiro período do Concílio (14.9.1964), nenhum documento específico sobre a atividade missionária foi discutido na aula conciliar.

3.6 Esquema de 14 proposições sobre a atividade missionária da Igreja

Antes de a Comissão das Missões poder apreciar as propostas de emendas dos padres conciliares e concluir o quinto documento, ocorreu – sob pressão do tempo e das prioridades estabelecidas – uma intervenção administrativa, que obrigou a Comissão das Missões a abrir mão do texto em processo de elaboração e produzir um sexto documento em forma de uma declaração de princípios. O que aconteceu?

No dia 23 de abril de 1964, o secretário-geral do Concílio, Pericle Felici, publicou a decisão da Comissão Central de Coordenação de que, no interesse de uma con-

⁴ A estrutura desse quinto documento foi: Prefácio, I. Sobre os princípios doutrinários, II. Razões gerais do apostolado missionário, III. Sobre a formação missionária (A. Missionários estrangeiros, B. Missionários nativos), IV. Sobre a cooperação missionária.

centração do trabalho, todos os textos ainda não discutidos na aula conciliar deveriam ser resumidos em “Proposições” e “Princípios”. Como *Schemata propositionum* deveriam, sem grandes discussões, ser apresentados aos padres conciliares para a votação. A Comissão das Missões estava diante da tarefa impossível de atender às expectativas do episcopado, de equacionar as divergências internas e de obedecer à Comissão Central.

Sob a pressão de redigir um texto curto, a Comissão das Missões produziu um sexto documento, de poucas páginas, que recebeu o título *De activitate missionali ecclesiae*. Era composto de um prefácio e 13 apontamentos sobre a atividade missionária.⁵ No dia 26 de maio de 1964, esse novo documento foi enviado ao cardeal Cicognani e no dia 3 de julho, aos padres conciliares.

Depois do início do terceiro período do Concílio (14.9.-21.11.1964), a Comissão das Missões realizou ainda três sessões, ampliou os 13 apontamentos para 14, incluindo um item sobre a responsabilidade da Igreja universal com as missões, e preparou o texto para a votação dos padres conciliares. Apesar da intervenção, na aula conciliar, de Paulo VI, no dia 6 de novembro de 1964,

em favor dessas 14 proposições, a rejeição do texto pelos padres conciliares foi quase unânime (cf. KLOPPENBURG [org.], 1965, vol. IV, p. 298-316). Os leigos, dizia o Papa, que fazem parte do real sacerdócio do povo santo de Deus, (...) ofereçam orações, práticas de piedade e auxílios materiais para generosa ajuda e conforto dos arautos do Evangelho”, que são, supostamente, os padres missionários. Mantém-se a hierarquia clerical também no interior dos “territórios de missão”: “sacerdotes” missionários, “auxiliares missionários de ambos os sexos, catequistas e os que oferecem às Missões auxílios concretos”. O *Decreto sobre o Apostolado dos Leigos* (AA) procurou corrigir essa visão. Tudo que o Papa disse refletiu o convencional estilo missionário da *Propaganda Fide*. A Igreja local, disse o Papa, ajuda as Missões, elevando “fervorosas orações pelos missionários, reforçadas pelas esmolas e pelas boas obras” (KLOPPENBURG [org.], 1965, vol. IV, 299s). Logo, não só os bispos-missionários, mas a maioria dos padres conciliares rejeitariam esse texto-esqueleto, que, antes de ser derrotado na urna, foi retirado da aula conciliar. As mudanças precisavam de uma nova fundamentação teológica.

⁵ Os 13 itens do documento foram: 1. Necessidade da missão; 2. Pregação do Evangelho; 3. Trabalho missionário; 4. Conselho Central de Evangelização, 5.-8. Dever missionário dos bispos, dos sacerdotes, dos Institutos religiosos, dos leigos; 9. Ecumenismo e colaboração com os não-cristãos; 10.-12. Formação cultural, científico-técnico-catequética; 13. Institutos superiores.

3.7 Esquema de decreto sobre a atividade missionária em cinco capítulos

No dia 16 de novembro de 1964, já no fim do terceiro período conciliar, a Comissão das Missões se reuniu numa sessão plenária e constituiu uma subcomissão para sistematizar as contribuições da aula conciliar.⁶ No dia 20 de novembro, a subcomissão se reuniu pela primeira vez. Agagianian mandou avisar que não aceitaria o padre Congar como assessor da Comissão. A subcomissão justificou a escolha de Congar, que era da Comissão Teológica do Concílio. Na mentalidade da *Propaganda Fide*, não coube uma nova eclesiologia. Depois de longas discussões, Congar foi aceito. A subcomissão decidiu se reunir de 12 a 27 de janeiro de 1965, no seminário dos *Verbitas de Nemi*, com os peritos Congar, Seumois, Grasso, Neuner e Glazik. Nessa reunião, os membros da comissão estiveram todos presentes. Dos peritos só faltou Ratzinger, que mandou sua contribuição por escrito. Schütte, como presidente da subcomissão, apresenta os quatro projetos existentes. O grupo toma, basicamente, o

texto de Congar, que distingue entre a salvação dos indivíduos, sem intervenção formal da Igreja, e a Igreja como meio necessário à salvação.

Agagianian, que chegou no dia 12 de janeiro (1965), pronunciou-se novamente a favor do senso estrito da missão. Para ele, no dizer do padre Congar, o objetivo do documento que os padres conciliares deveriam aprovar, era, sobretudo, suscitar vocações missionárias e levantar fundos. No dia seguinte, 13 de janeiro, o grupo se dividiu em dois subgrupos. Um discutiu o *Proemium* (Introdução), que ficou pronto no dia seguinte, e o outro, com Lecuona, Riobé, Neuner e Grasso, trabalhou sobre o texto de Congar, procurando incluir os pontos levantados no dia anterior. O novo texto foi dividido em cinco capítulos: 1) Princípios doutrinários; 2) Obra missionária; 3) Os missionários; 4) Organização da atividade missionária; 5) Cooperação com os missionários (cf. KLOPPENBURG [org.], vol. V, 1966, p. 242). Em junho, esse texto foi enviado aos padres conciliares para ser discutido na quarta e última sessão do Concílio.

⁶ Faziam parte dessa subcomissão os bispos Riobé (Orleans), Lokuang (Tainan, Formosa), Zoa, de Jaundé (Kamerun), Lecuona, bispo titular e superior-geral do Instituto Espanhol de São Francisco Xavier para as Missões Estrangeiras (Burgos) e o superior-geral dos Verbitas (SVD), Schütte, que foi presidente dessa subcomissão.

3.8 Nascimento do decreto *Ad Gentes*

A quarta e última sessão do Concílio começou em 14 de setembro de 1965.⁷ Entre os dias 7 e 13 de outubro, foi discutido o novo texto sobre a atividade missionária. Cinquenta padres conciliares tomaram a palavra. Um grupo significativo pediu a afirmação da necessidade da missão, apesar do reconhecimento da "possibilidade de salvação sem conhecimento do Evangelho e sem pertença visível à Igreja" (KLOPPENBURG [org.], 1966, p. 243, v. V). Pediu-se também uma sensibilidade especial para a questão ecumênica e as áreas de convivência com os não-cristãos. Giocondo Grotti, do Acre, chamou a atenção para o papel dos leigos na missão, e Pedro Arrupe, superior-geral da Companhia de Jesus, para a cooperação missionária, para a colaboração com a construção da paz e para o encontro com os povos afro-asiáticos com suas culturas e religiões ancestrais. No final desse debate, o texto passou pela votação de sondagem com uma aprovação de 2.070 contra apenas 15 votos.

Na etapa seguinte, cinco subcomissões, uma para cada capítulo, trabalharam as sugestões de emendas de 193 padres conciliares. Já um mês mais tarde, nos dias 10 e 11 de novembro, a Comissão pediu 20 sufrágios sobre partes do texto que receberam muitas emendas (cf. KLOPPENBURG [org.], 1966, p. 394 et seq., v. V). A maior parte das emendas foi aceita. O texto voltou depois à Comissão para a sua redação final. No dia 30 de novembro de 1965, a Comissão entregou aos padres conciliares o novo texto, pedindo 10 quesitos sobre as emendas feitas. Antes da promulgação, no dia 7 de dezembro de 1965, o Decreto *Ad gentes sobre a Atividade Missionária* recebeu o voto sim de 2.314 padres conciliares, contra apenas 5 votos não.

No mesmo dia, 7 de dezembro de 1965, foram promulgadas a *Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Contemporâneo* (GS) e a *Declaração sobre a Liberdade Religiosa* (DH), poucos dias depois da promulgação da *Declaração sobre as Religiões Não-Cristãs* (NA, 28.10.65). O lugar do "mundo", da "missão", da "liber-

⁷ Cada documento aceito para o debate da aula e pela aula conciliar passou basicamente por quatro votações: 1. Votação de sondagem, depois dos debates; 2. Corrigido ou refeito o texto, o esquema foi submetido a uma votação de cada pequena unidade, permitindo votar com *placet*, *non placet* ou *placet juxta modum*. 3. O esquema com as modificações aceitas pela Comissão foi reapresentado com votação sobre as emendas e justificativa da Comissão sobre os modos não-aceitos. O plenário votou com *placet* ou *non placet* sobre o texto em sua nova fase. 4. Última votação, na presença do Papa. Depois seguiu a promulgação.

dade religiosa” na Igreja foi disputado e discutido até o último momento do Concílio. E essa discussão continua até hoje pelas diferentes leituras desses textos em Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e Roma, com o Sínodo dos Bispos para a América (1997) e a de-

claração *Dominus Iesus* (2000), que procurou fechar um ciclo. Onde, para marcar a identidade, o Concílio derrubou paredes e colocou arbustos, a *Declaração sobre a unicidade e universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja*, levantou novamente muros. Entretanto, a travessia continua, nem sempre em linha reta.

3.9. Esquema dos textos que precederam Ad Gentes

	Nome configuração	Elaborado por quem	Base do documento	Quando (elaborado e entregue)	Destino
1	23 Propostas	Comissão interna da <i>Propaganda Fide</i>	<ul style="list-style-type: none"> Retorno da Consulta da Comissão Antepreparatória Propostas da <i>Propaganda Fide</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Antes do Concílio 28.3.1960 	Subsídio para a Comissão Preparatória das Missões
2	Prefácio e sete esquemas em forma de decretos	<ul style="list-style-type: none"> Secretários das cinco subcomissões Membros da Comissão das Missões 	<ul style="list-style-type: none"> 23 propostas Visão institucional e jurídica da <i>Propaganda Fide</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Antes do Concílio 6.2.1962 	Devolução do Documento (12.5.62) pela Comissão Central que pede o corte de cinco esquemas
3	Prefácio e dois esquemas de decretos sobre as Missões	Comissão Preparatória das Missões	A Subcomissão Central impõe o corte de cinco esquemas do texto anterior	<ul style="list-style-type: none"> Antes do Concílio junho 1962 	<ul style="list-style-type: none"> O documento não é enviado aos padres conciliares O texto é retomado depois da 1ª sessão do Concílio (dez. 1962)
4	Prefácio e dois esquemas (Missão em si e Cooperação Missionária)	<ul style="list-style-type: none"> Grupo de Roma Comissão das Missões 	Terceiro texto (Prefácio e esquema de decretos sobre as Missões)	<ul style="list-style-type: none"> Entre a 1ª e a 2ª sessão do Concílio junho 1963 	<ul style="list-style-type: none"> A Comissão Central de Coordenação devolve o documento com críticas; – com algumas revisões, antes do início da 2ª sessão, enviado aos padres conciliares.

	Nome configuração	Elaborado por quem	Base do documento	Quando (elaborado e entregue)	Destino
5	Das Missões	Comissão das Missões	<ul style="list-style-type: none"> • Quarto texto • Crítica da Comissão de Coordenação • Retorno dos padres conciliares 	<ul style="list-style-type: none"> • Durante a 2ª sessão do Concílio • 3.12.1963 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovado pela Comissão de Coordenação (jan. 64) • Enviado aos padres conciliares
6	Esquema de 14 proposições sobre a atividade missionária da Igreja	Comissão das Missões	Ordem de 23 de abril de 1964: os esquemas ainda não discutidos devem ser reduzidos a proposições	<ul style="list-style-type: none"> • Entre a 2ª e a 3ª sessão do Concílio • 26.5.1964 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovado pela Comissão Central • Enviado aos padres conciliares (3.7.64) • Recomendado por Paulo VI (6.11.1964) • Criticado pelos padres conciliares • Retirado antes da votação
7	Esquema de decreto sobre a Atividade Missionária em cinco capítulos	<ul style="list-style-type: none"> • Subcomissão • Comissão das Missões 	<ul style="list-style-type: none"> • Elementos das discussões anteriores • Propostas e críticas da 3ª sessão conciliar • Colaboração de nova assessoria 	<ul style="list-style-type: none"> • Entre a 3ª e a 4ª sessão do Concílio • junho 1965 	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão no 4º período conciliar (7 a 13.10.65); – votação de sondagem favorável com novas propostas • Volta para as emendas à Comissão das Missões
8	Decreto Ad Gentes sobre a atividade missionária da Igreja	<ul style="list-style-type: none"> • Cinco subcomissões • Comissão das Missões 	<ul style="list-style-type: none"> • Sétimo Texto • 193 propostas de emendas • 20 sufrágios • 10 votações sobre as modificações 	<ul style="list-style-type: none"> • Durante a 4ª sessão do Concílio • 7.12.1965 	<ul style="list-style-type: none"> • Influência sobre Medellín, Puebla, Santo Domingo • Luta pela interpretação

4. Teologia da missão como teologia fundamental

A teologia da missão do Vaticano II não nasceu no canteiro de obras da *Ad Gentes*. A *Propaganda Fide* não

soube ler os sinais do tempo pós-cristandade e não admitiu as novas perspectivas da reflexão teológica. A teologia da missão, no Vaticano II, emergiu de campos teológicos respaldados por novas práticas pastorais. Essas práticas,

por muito tempo contestadas na Igreja Católica, na hora do Concílio, se impuseram como autênticas leituras dos sinais de Deus no tempo. Emergiram, concretamente, nos campos eclesiológico-pastorais, litúrgicos e ecumênicos.

Não é que no campo missionário tivessem faltado novas práticas, olhando para o legado de Charles de Foucauld, Joseph Cardijn, Abbé Pierre e os padres operários. Essas práticas, porém, não encontraram ainda hospedaria sob o teto da Congregação pela Propagação da Fé. Foram consideradas práticas de outros departamentos curiais, sem conexão com a visão clássica da missão. O pessoal da *Propaganda* não se deu conta de que a missão tinha perdido a sua plausibilidade natural. Desde o início do Concílio, o cardeal Agagianian não se cansou em afirmar que, no campo missiológico, todas as questões estavam resolvidas pelas encíclicas missionárias dos últimos papas. Também foi a primeira vez, na história da Igreja, que um Concílio sentiu a necessidade de elaborar um documento *De Missionibus*. Esse documento só poderia se preocupar, segundo o entender do prefeito da *Propaganda Fide*, de uma melhor distribuição dos missionários e dos meios econômicos.

Os impulsos marcantes para a teologia da missão vieram, portanto, das constituições sobre a Igreja (*Lumen Gentium*, *Gaudium et Spes*) e a liturgia (*Sacrosanctum*

Concilium), dos decretos sobre o ecumenismo (*Unitatis Redintegratio*) e a vocação dos leigos (*Apostolicam Actuositatem*) e das declarações sobre a liberdade religiosa (*Dignitatis Humanae*) e as religiões não-cristãs (*Nostra Aetate*). Também esses documentos passaram por momentos difíceis durante o Vaticano II. Algumas das questões neles levantadas, porém, despertaram um grande interesse da opinião pública que não deixou de funcionar como um grupo externo de pressão.

Como a discussão do *De Missionibus* se beneficiou dos outros canteiros de obras do Concílio, os pressupostos missiológicos construídos durante o Vaticano II, inseparáveis de uma nova visão de Igreja que afirma a sua natureza missionária, permeiam a maior parte dos documentos. Destaca-se uma seqüência de passos que constituem o início de uma nova caminhada missionária e missiológica. A missiologia, que era um anexo optativo ao campo da pastoral, migrou para o campo da teologia fundamental. A missiologia como teologia fundamental tornou-se núcleo central do Vaticano II que se evidencia por meio de sua conectividade com os demais documentos do Vaticano II (*ver* o gráfico).

1) Deus que é amor, é centro, origem e fim da missão da Igreja. A recapitulação do mundo e da humanidade em Deus é o fim da missão da Igreja.

2) “Deus é amor” (1Jo 4,8.16) significa que Deus é relação. Seu amor transborda, como “amor fontal”, do qual procede o *Logos* (o Verbo) e o *Pneuma* (o Espírito Santo). Deus se revelou como Deus-Trindade (AG 2-4).

3) O amor de Deus, sua “antropia”, se concretiza nas missões do Filho (encarnação) e do Espírito (doação).

4) Jesus, o Enviado do Pai, é a Palavra viva de Deus que coloca os discípulos na linhagem da Missão de Deus (*Missio Dei*). A centralidade da missão é a centralidade de Deus, que é amor, que se doou no Espírito, e, portanto, que está presente no mundo e nas pessoas, sobretudo, nos pobres.

5) A “antropia” de Deus, seu olhar para a humanidade não é um olhar distante ou distanciado. O *olhar* de Deus é, ao mesmo tempo um *estar*, um estar presente no mundo, e um *enviar* ao mundo. O Concílio traduziu essa presença de Deus pela palavra *aggiornamento*, fazer-se presente. O fazer-se presente no mundo contemporâneo, o Vaticano II declarou uma tarefa eminentemente eclesial e, portanto, missionária.

6) Essa presença de Deus encontrou a sua expressão nos textos que falam da inserção, da inculturação, da assunção da humanidade e do seu mundo cultural diversificado (AG 3b, Puebla 400) e da opção pelos pobres (GS 88, AA 8c.d, CD 13a, Medellín XIV 3,9). Também a

metodologia do *ver, julgar, agir* tem uma conotação trinitária do *aggiornamento*: *ver* com o olhar de Deus, *julgar* segundo o discernimento do Espírito e *agir* segundo o exemplo de Jesus.

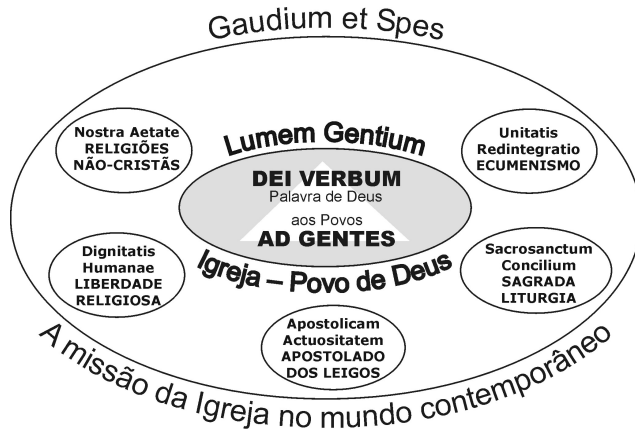
7) A PALAVRA DE DEUS AOS POVOS (*DEI VERBUM AD GENTES*, *ver* gráfico) é o ponto de partida para a missão da Igreja - Povo-de-Deus. Existe “alguma semelhança entre a união das pessoas divinas e a união dos filhos de Deus na verdade e na caridade” (GS 24 c). É a Palavra de Deus, a Revelação, que instruiu os fiéis sobre DEUS AMOR que é DEUS PALAVRA que se fez carne. O rosto concreto do “Verbo Encarnado é solidariedade” (cf. GS 32).

8) O Verbo que se fez carne, na plenitude do tempo, é “médico corporal e espiritual” (SC 5a). O fim último da missão da Igreja é que Deus seja louvado em tudo e em todos. A *Constituição sobre a Sagrada Liturgia*, o primeiro documento aprovado pelo Concílio (4.12.1963), por meio das discussões sobre a língua vernácula (SC 54) e a integração de elementos culturais da tradição dos povos na liturgia (SC 65), abriu timidamente caminhos para as discussões posteriores sobre o paradigma da inculturação.

9) Quando se quer saber de alguém, quem ele é, pergunta-se: “Você é natural de onde?”. A Igreja, que se definiu como “povo-de-Deus peregrino” (LG, cap. 2), é

“natural” de Deus e se dirige, em Jesus Cristo, a toda a humanidade. A missionariedade da Igreja é “natural” por causa de sua origem no amor transbordante de Deus.

10) Jesus enviou seus discípulos para anunciar a boa notícia da assunção, da recapitulação e da reintegração da humanidade e do mundo no projeto de Deus (Nova Aliança). A “Igreja Povo de Deus” vive o envio trinitário no seguimento de Jesus, anunciando o Reino como meta historicamente relevante e escatologicamente significativa. O novo povo de Deus convoca toda a humanidade para o encontro definitivo com Deus.



11. A relevância histórica da missão está na sua vinculação com o projeto do Reino, que é uma proposta de ruptura com sistemas, lógicas, práticas e mentalidades, sem promessa de perfeição histórica. Essa ruptura é vivida na proposta dialética de assunção e transformação do mundo (cf. GS 22b; LG 13b; AG 3b, 22a.b; Puebla 400).

12) A Igreja é antes de qualquer estruturação hierárquica, povo de Deus. Como tal, todos os fiéis participam do sacerdócio comum (cf. LG 10) e da infalibilidade “no ato de fé”. “Os fiéis, purificados que são pela unção do Santo (cf. 1 Jo 2,20 e 27), não pode enganar-se no ato de fé” (LG 12). Existe uma responsabilidade colegiada entre todos os batizados que têm um papel ativo na articulação, no desdobramento concreto e na propagação da fé (cf. LG 17). A missão visa a povos adultos na fé e livres no Espírito.

13) O Povo de Deus tem por “condição a dignidade e a liberdade dos filhos de Deus”, por “lei” o mandamento novo e por “meta” o Reino de Deus (LG 9b). O Povo de Deus se constitui dos pequenos, dos pobres e dos excluídos. Na lógica do Reino, os outros, os pobres e os que vivem na esfera sombria do mundo, são caminhos da verdade e porta para a Vida.

14) A centralidade de Deus, sua proximidade com os pobres e sua verdade que liberta exigem da Igreja uma

natureza profética diante do antiprojeto do reino do pão não-partilhado, do poder que não se configura como serviço, do privilégio que favorece a acumulação e do prestígio que organiza eventos de ostentação em vez de articular processos de transformação. A natureza missionária da Igreja se desdobra em sua natureza mística (contemplação) e militante (luta). Com base nos conflitos que envolvem os pobres e os outros, os excluídos e os que sofrem, compreende-se a missão como militância por um mundo melhor, por transformações históricas e pessoais.

15) A constituição pastoral *Gaudium et Spes*, com sua abertura e seu otimismo, é que mais corresponde, entre todos os documentos, às intenções que levaram João XXIII à convocação do Vaticano II. Expressa a missão universal da Igreja como o Novo Israel que é constituído de todos os povos e nações e tem uma missão para toda a humanidade (cf. LG 13a; 45). Universalidade significa que nenhuma pessoa seja excluída do amor de Deus. Missão e diálogo são expressões do bem-querer recíproco, profundo e permanente do povo de Deus para com a humanidade.

16) A partir da universalidade, a ação evangelizadora se reveste de formas múltiplas, mas nunca isoladas ou individualistas (cf. GS 32, PO 7). No interior da “Igreja-povo de Deus” haverá, na unidade plural do Espírito

Santo, uma certa comunhão e diversidade de bens, dons e metas.

17) O povo de Deus tem uma missão pública, histórica e profética, a serviço dos pobres, que é, ao mesmo tempo, uma missão escatológica. Ele “pretende somente uma coisa: continuar a obra do próprio Cristo” (GS 3b), que veio ao mundo “para dar testemunho da verdade” (Jo 18,37) e “para servir e não para ser servido” (Mc 10,45). E este serviço se desdobra no serviço à unidade dos cristãos (UR), à liberdade religiosa (DH), ao cultivo das relações com religiões não-cristãs (NA).

18) O povo de Deus é despojado no seu agir e aberto no seu anúncio. Admite que também fora da Igreja há salvação (cf. LG 16; AG 7a). O Vaticano II respalda a possibilidade da salvação aos seguidores de outras religiões (LG 16). Nessa abertura, o diálogo faz sentido. Deixa de ser uma artimanha estratégica e se torna uma categoria transcendental de liberdade e libertação.

À guisa de conclusão

O Concílio foi um evento marcado pelo Espírito Santo que expulsou, por um instante, o medo e o comodismo do povo de Deus, dos teólogos, do Papa e dos bis-

pos. O medo, porém, e a vontade de acomodar-se fora do território dos pobres que a cada dia aumentam, voltaram. Não são voltas simples ao passado. São voltas com uma certa sofisticação estética. Ninguém defende hoje, explicitamente, o colonialismo, o etnocentrismo ou o autoritarismo. Entretanto, há substitutivos sofisticados para disfarçar novas colonizações. Um desses substitutivos é o fundamentalismo que perpassa todas as denominações religiosas. Os antigos fins prioritários da missão, salvar as almas dos pagãos e a implantar a Igreja, acompanham esse fundamentalismo, não totalmente sem respaldo nos documentos conciliares. Autoritarismo e tutorismo institucionais que exigem juramentos de vassalagem e obediência cega, novamente se instalaram nas relações internas de igrejas locais. A regressão a uma fé providencialista e infantil, que responsabiliza Deus por tudo, está dando as voltas por muitas igrejas. Individualismo, corporativismo e consumismo dificultam a opção pelos pobres. A espetacularização litúrgica e, como falso remédio, o legalismo rubricista novamente mostram a sua cara.

O Vaticano II deixou marcas teológico-pastorais, como pontos de partida, para uma igreja que se considera, por sua natureza missionária, radicalmente local e universal e que se definiu como povo de Deus, sacramento universal da salvação e mistério. Assistiu-se nos processos,

que forjaram o decreto *Ad Gentes*, a um deslocamento do “ter missões” ao “ser missionário”; o deslocamento de uma igreja que tem missões territoriais, pelas quais se fazem coletas e orações para que possam integrar a humanidade não-cristã na Igreja Católica, para uma igreja na qual a missionariedade representa uma orientação fundamental de todas as suas atividades. E essa missionariedade significa “responsabilidade para com o mundo” (AG 36b), não de indivíduos isolados, mas de todo o povo de Deus. Diante do mundo espetacular, esse povo peregrino, “avançando pela estreita via da cruz” (AG 1c), não admite cruzadas nem proselitismos (cf. DH 10). Está ao lado dos vencidos, não dos vencedores.

O Concílio procurou articular três núcleos missiológicos: o labor missionário propriamente dito, o diálogo inter-religioso, a colaboração solidária nas grandes questões da humanidade, e, graças à vontade salvífica universal de Deus, a salvação além da Igreja Católica (cf. RATZINGER, 1976, p. 46). No fim, o que salva não é o missionário feito *homo faber*, mas a graça de Deus. O Evangelho da Graça pode ser anunciado a todos os povos. O Evangelho da Graça está presente em todas as formas de doação da vida: no diálogo paciente, na presença silenciosa e no testemunho, na contemplação e na ação, na caridade e na justiça, mas, sobretudo na alegria, na simplicidade e na

misericórdia. No anúncio dessa gratuidade da redenção, muitos deram a vida, derramaram seu sangue, romperam com a lógica de custo-benefício, contextualizaram o Vaticano II. O Evangelho da Graça, anunciado por eles, aponta para a possibilidade de um mundo para todos.

Referências bibliográficas

ALBERIGO, Giuseppe; BEOZZO, José Oscar; FOUILLOUX, Étienne; KOMONCHAK, Joseph; WITTSTADT, Klaus (coord.). *História do Concílio Vaticano II. O catolicismo rumo à nova era: o anúncio e a preparação do Vaticano II*, jan.de 1959 a out. de 1962. Petrópolis: Vozes, 1996. V. 1

BRECHTER, Suso. Die Entstehungsgeschichte des Missionsdekrets. *Lexikon für Theologie und Kirche.*, Freiburg i.Br., Herder (Sonderdruck), 1986, V. 14. p. 10-21.

CÂMARA, Dom Helder. *Vaticano II: Correspondência conciliar. Circulares à Família do São Joaquim, 1962-1964. Obras Completas. 1*, Recife: Instituto Dom Helder Câmara; Universitária UFPE, 2004. VI. I/Tomo *Carta Pastoral do episcopado brasileiro ao clero e aos fiéis de suas dioceses por ocasião do Centenário da Independência (1922)*. Rio de Janeiro: Pap. e Typ. Marques Araújo & C., 1922.

CONCILIO PLENARIO DE LA AMÉRICA LATINA, 9.7.1899, Roma. *Actas y Decretos del Concilio Plenario de la América Latina*. Roma: Tipografía Vaticana, 1906 [Traducción oficial, bilingüe, latim/espanhol].

CONCILIVM PLENARIUM BRASILIENSE, Rio de Janeiro, 1939. Petrópolis: Vozes, 1939.

CONGAR, Yves. *Journal d'un théologien 1946-1956*. Paris: Cerf, 2001.

_____. *Mon journal du Concile*. Paris: Cerf, 2002. 2 v.

Declaração do simpósio sobre a fricção interétnica na América do Sul. In: SUESS, Paulo (org.). *Em defesa dos povos indígenas*. Documentos e legislação. São Paulo: Loyola, 1980 (1971). p. 19-26.

FOUILLOUX, Etienne. A fase antepreparatória (1959-1960). In: ALBERIGO (coord.), 1996. p. 69-170.

KLOPPENBURG, Boaventura. *Concílio Vaticano II*. Vol. I: Documentário preconciliar, 1962. Vol. II: Primeira Sessão, 1963. Vol. III: Segunda Sessão, 1964. Vol. IV: Terceira Sessão, 1965a [116ª, 117ª, 118ª Congregação Geral: A atividade missionária da Igreja, p. 298-316]. Vol. V: Quarta Sessão, 1966 [146ª, 147ª, 148ª Congregação Geral: A atividade missionária, p.257-276]. Petrópolis: Vozes, 1962-1966.

_____. A IV e última sessão do Vaticano II. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 25/3, 1965b, p. 425-488.

LE GUILLOU, Marie-Joseph. A missão como tema eclesiológico. *Concilium* (port.), n. 20, p. 68-111, out.-dez. 1965.

Pastoral Collectiva dos Senhores Bispos da Província Eclesiástica Meridional do Brasil, e Resoluções e Estatutos da Primeira Conferência dos Bispos da Província Eclesiástica do Sul do Brasil: Ao Clero Secular e Regular de Nossas Dioceses, 3-12.11.1901, São Paulo; Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1902.

PAVENTI, Saverio. Entstehungsgeschichte des Schemas. *De activitate missionali ecclesiae*. In: Schütte 1967, p. 48-81.

RATZINGER, Joseph. Konzilsaussagen über die Mission außerhalb des Missionsdekrets. In: J. Schütte (org.) 1976, p. 21-47.

SUESS, Paulo. *A causa indígena na caminhada e a proposta do Cimi: 1972-1989*. Petrópolis: Vozes, 1989.

Cadernos Teologia Pública: temas publicados

- Nº 1 – *Hermenêutica da tradição cristã no limiar do século XXI* – Johan Konings, SJ
- Nº 2 – *Teologia e Espiritualidade. Uma leitura Teológico-Espiritual a partir da Realidade do Movimento Ecológico e Feminista* – Maria Clara Bingemer
- Nº 3 – *A Teologia e a Origem da Universidade* – Martin N. Dreher
- Nº 4 – *No Quarentenário da Lumen Gentium* – Frei Boaventura Kloppenburg, O. F. M.
- Nº 5 – *Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner* – Érico João Hammes
- Nº 6 – *Teologia e Diálogo Inter-Religioso* – Cleusa Maria Andreatta
- Nº 7 – *Transformações recentes e prospectivas de futuro para a ética teológica* – José Roque Junges, SJ
- Nº 8 – *Teologia e literatura: profetismo secular em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos* – Carlos Ribeiro Caldas Filho
- Nº 9 – *Diálogo inter-religioso: Dos “cristãos anônimos” às teologias das religiões* – Rudolf Eduard von Sinner
- Nº 10 – *O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso* – Michael Amaladoss, SJ
- Nº 11 – *A teologia em situação de pós-modernidade* – Geraldo Luiz De Mori, SJ
- Nº 12 – *Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema* – Pedro Gilberto Gomes, SJ
- Nº 13 – *Teologia e Ciências Sociais* – Orivaldo Pimentel Lopes Júnior
- Nº 14 – *Teologia e Bioética* – Santiago Roldán García
- Nº 15 – *Fundamentação Teológica dos Direitos Humanos* – David Eduardo Lara Corredor
- Nº 16 – *Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento* – João Batista Libânio, SJ
- Nº 17 – *Por uma Nova Razão Teológica. A Teologia na Pós-Modernidade* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

Publicações do Instituto Humanitas Unisinos



Nº 5 – A Crise da Sociedade do Trabalho

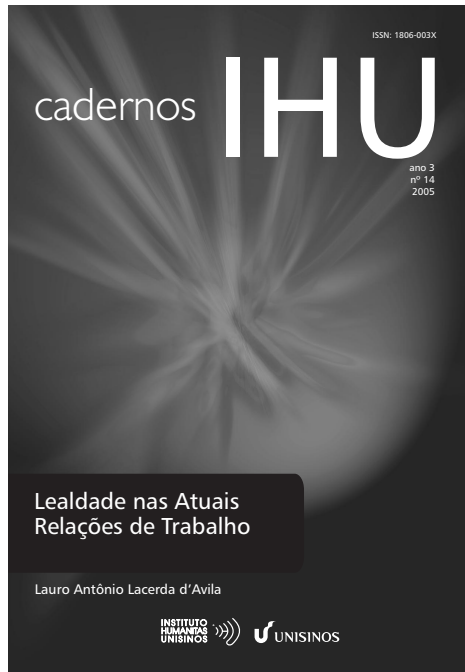
Os **Cadernos IHU em formação** são uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, que reúne entrevistas e artigos sobre o mesmo tema, já divulgados na revista **IHU On-Line** e nos **Cadernos IHU idéias**. Desse modo, queremos facilitar a discussão na academia e fora dela, sobre temas considerados de fronteira, relacionados com a ética, o trabalho, a teologia pública, a filosofia, a política, a economia, a literatura, os movimentos sociais, etc., que caracterizam o Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Nº 17 – Por uma Nova Razão Teológica. A Teologia na Pós-Modernidade – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

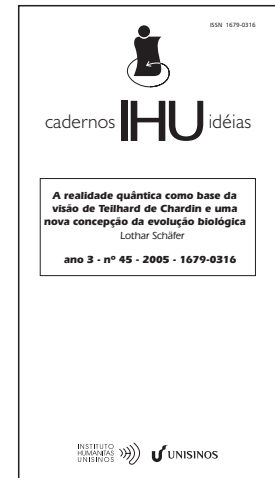
A publicação dos **Cadernos Teologia Pública**, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A Teologia Pública busca articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, as culturas e as religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Procura-se, assim, a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade hoje, especialmente a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, constituem o horizonte da teologia pública. Os Cadernos de Teologia Pública se inscrevem nesta perspectiva.

Nº 14 – *Lealdade nas atuais relações de trabalho* – Lauro Antônio Lacerda d’Avila



Cadernos IHU divulga pesquisas produzidas por professores/pesquisadores e por alunos dos cursos de Pós-Graduação, bem como trabalhos de conclusão de acadêmicos dos cursos de Graduação. Os artigos publicados abordam os temas ética, trabalho e teologia pública, que correspondem aos eixos do Instituto Humanitas Unisinos-IHU.

N. 45 – *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer



Cadernos IHU Idéias: Apresenta artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura



Paulo Suess (1938) – Alemão natural de Colônia, radicado no Brasil há mais de trinta anos, Suess é um pensador sobre o diálogo inter-religioso, com base nas experiências com os povos indígenas. Trabalhou dez anos na Amazônia e, a partir de 1979, exerceu o cargo de secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para a questão indígena no Brasil. Em 1987, fundou o Departamento de Pós-Graduação em Missiologia, em São Paulo. Atualmente, é assessor teológico do CIMI e presidente da Associação Internacional de Missiologia (IAMS). Doutorou-se em Teologia Fundamental pela Universidade de Münster (Alemanha) e leciona como professor visitante de universidades da Alemanha e no Mestrado e Doutorado em Teologia da Missão na Faculdade Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo.

Algumas publicações do autor

A Conquista Espiritual da América Espanhola. Petrópolis: Vozes, 1992; Quito: Abya Yala, 2004.

Travessia com esperança. Petrópolis: Vozes, 2001.

Evangelizar a partir dos projetos históricos dos outros. São Paulo: Paulus 1995; Quito: Abya Yala, 1995.

Queimada e sementeira. Petrópolis: Vozes, 1988.

Do grito à canção: poemas de resistência. São Paulo: Paulinas, 1983.